

Calmon adverte: pode haver recuo no orçamento

Calmon
Constituinte
CORREIO BRASILEIRO
Educação - Lu Calmon
pode retirar a verba do ensino

A nova Constituição que deverá estar pronta em 1987 poderá não conter um dispositivo igual ou semelhante àquele que foi determinado pela emenda João Calmon, segundo o qual a educação tem direito a 13% dos recursos da União. A previsão foi feita pelo próprio senador Calmon, que ao participar de um dos debates sobre a Universidade e a Constituinte que vêm sendo promovidos pela UnB, alertou que esse dispositivo pode vir a ser eliminado — conforme aconteceu em todas as demais Constituições brasileiras.

“Uma série de ataques já foi levantada contra a emenda Calmon e é bem possível que a nova Constituição não seja contemplada com um dispositivo semelhante”, disse ele afirmando que, como candidato à Constituinte, está lutando para que não se concretize um novo crime contra a educação.

Afinal, a sua emenda, que também prevê 25% de recursos advindos de impostos estaduais e municipais, corre o risco de ser suprimida no processo de elaboração da nova Constituição e nesse caso, o resultado será o desprezo; o mesmo que foi dado à educação nas constituições que vigoraram entre 1934 e 1967. O curioso, sobretudo, segundo o senador João Calmon, é que embora as cartas constitucionais des-

se período previssem um mínimo de 10% dos recursos federais para o ensino e 20% a nível estadual, elas não foram sequer cumpridas.

O temor de que a emenda João Calmon seja desvirtuada, é compartilhado pelo professor Luis Pinguelli Rosa, ex-presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, que acha extremamente necessária uma mobilização da sociedade para que ela “pressiona no sentido de incluir os itens necessários à educação, na nova carta constitucional. Principalmente porque ele considera que, da forma como está sendo tocada, a Constituinte, “não haverá amplitude suficiente”, para decidir sobre outras questões de relevante importância, como a necessidade de ensino público e gratuito para todos os níveis. A atual Constituição garante a gratuidade apenas ao ensino de 1º grau.

Para que o Brasil, 8º economia do mundo e 80% colocado em dispêndos públicos para educação no mundo, possa alcançar um novo estágio, é preciso que a população ocupe realmente o espaço aberto pela Constituinte e promova discussões entre todos os seus segmentos. Essa é a opinião do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (DF), Maurício Corrêa.